

GRUPO A - 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL

TEMA I: ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM QUALIDADE PROPOSTAS

- ADEQUAR A REDE DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO COM ENFOQUE NOS ASPECTOS NEUROLÓGICOS E DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS.
- GARANTIR O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDA POR MEIO DE FORMAÇÃO EM LIBRAS PARA SERVIDORES DA REDE.
- GARANTIR A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM TODAS AS UNIDADES DE ATENÇÃO DA REDE, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 10410/2001.
- FORTALECIMENTO DE AÇÕES PREVENTIVAS DE SAÚDE ATRAVÉS DA VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES, COMO ACUPUNTURA, FITOTERAPIA, HOMEOPATIA E AFINS.
- ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE COM QUALIDADE E QUE POSSA SER GARANTIDO E EFETIVADO AOS USUÁRIOS O ATENDIMENTO EM UM MENOR ESPAÇO DE TEMPO PARA QUE SE REDUZA O NÚMERO DE AGRAVOS DA DOENÇA E ÓBITOS.
- QUE O MUNICÍPIO PRIORIZE A CAPACITAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DAS EQUIPES LOTADAS NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ACOLHER E PRESTAR SERVIÇOS DE QUALIDADE AOS USUÁRIOS, VISANDO DIMINUIR SUA PERMANÊNCIA NO LOCAL E GARANTIR RESULTADOS SATISFATÓRIOS NOS CUIDADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS. APRIMORANDO A COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS.
- CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, COM ÊNFASE NA INSERÇÃO DO SERVIDOR EXCLUSIVAMENTE POR CONCURSO PÚBLICO.
- DIVULGAR A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO MEIO ACADÊMICO, DOS GESTORES PÚBLICOS, FORMADORES DE OPINIÃO E PRINCIPALMENTE DIFUNDIR ESSA INFORMAÇÃO JUNTO A POPULAÇÃO.

TEMA II: REDES PRIORITÁRIAS: SAÚDE DA MULHER, SAÚDE MENTAL, HIPERTENSÃO, DIABÉTICOS E IDOSOS

- CRIAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DA DOR CRÔNICA EM FACE DA ELEVADA DEMANDA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, QUE ACOMETE PREDOMINANTEMENTE MULHERES, PARA GARANTIR ACESSO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE, TRATAMENTO E REABILITAÇÃO EM CARÁTER INTEGRAL E INTERDISCIPLINAR VISANDO PREVENÇÃO DOS AGRAVOS DA SAÚDE DA MULHER. PORTARIA 1083/2012/SAS/MS.
- REALIZAR CAMPANHAS PÚBLICAS E AÇÕES EDUCATIVAS DE MASSA, RELACIONADAS À SAÚDE MENTAL.
- CONSOLIDAR A POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS PARA MULHERES QUE FAZEM USO ABUSIVO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS, ENFATIZANDO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E DE DIREITOS HUMANOS.
- GARANTIR O ATENDIMENTO INTEGRAL EM SAÚDE MENTAL DE ACORDO COM A PORTARIA 3.088/2011, VISANDO A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE E DAS DIVERSIDADES SOCIAIS, CONSIDERANDO O TERRITÓRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E EPIDEMIOLÓGICAS, BEM COMO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, UMA VEZ QUE A OFERTA DE SERVIÇOS É INSUFICIENTE.
- FORTALECER A ATENÇÃO BÁSICA PARA QUE O CUIDADO AO HIPERTENSO, DIABÉTICO, IDOSO, SAÚDE MENTAL E SAÚDE DA MULHER, SEJA ASSEGURADO ATRAVÉS DA ESCUTA E DO ATENDIMENTO QUALIFICADO, MEDIANTE CURSOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TODOS OS PROFISSIONAIS.

TEMA III: SUS LEGAL

- AMPLIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO DEBATE, ENTRE CONSELHOS DE DIREITO E DEMAIS ENTIDADES ORGANIZADAS, SOBRE A NOVA FORMA DE REPASSE PROPOSTA PELO “SUS LEGAL”.
- GARANTIR AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE, DE FORMA QUE O GESTOR, EM CONFORMIDADE COM AS DELIBERAÇÕES DO CMS, PRIORIZE COM CRITÉRIO OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS, IMPRIMINDO MAIOR EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS.
- TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE SEMINÁRIOS/OFICINAS, PARA GESTORES, SERVIDORES, CONSELHEIROS LOCAIS, MUNICIPAIS E REGIONAIS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE NOS TEMAS RELACIONADOS AOS

INSTRUMENTOS DE GESTÃO: PPA, LOA, LDO, PAS, PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE E RELATÓRIOS DE GESTÃO.

- INTENSIFICAR AS AÇÕES DE MONITORAMENTO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE.

GRUPO B - 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

- IMPLANTAR EQUIPAMENTOS DA RAPS, GARANTIR QUE OS USUÁRIOS SEJAM ATENDIDOS COM ÊNFASE NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA
- REALIZAR CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES
- EFETUAR 100.% DE MATRICIAMENTO NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA.
- INTENSIFICAR O PDAPS COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA SAÚDE DA FAMÍLIA ATRAVÉS DO PLANEJAMENTO DO CUIDADO DAS CONDIÇÕES CRÔNICAS E AGUDAS E ASSIM MONITORAR A SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS
- APROVAR E CUMPRIR A LEI COMPLEMENTAR 049, QUE REGULAMENTA O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR (JAQUELINE NOGUEIRA)
- DESTINAR AGENTES DE SAÚDE PARA DIVULGAR AS PROFILAXIAS PARA EVITAR AS DOENÇAS INERENTES A FASE DOS ADOLESCENTES E PRÉ-ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DE FORMA PERIÓDICA.
- GARANTIR ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO QUE AS EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE TENHAM SEUS RECURSOS HUMANOS RESTABELECIDOS EM TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DE FORMA A PODER CUMPRIR AS METAS PACTUADAS COM A IMPLANTAÇÃO DO PDAPS A FIM DE QUE POSSA FAZER-SE CUMPRIR TAIS METAS, GARANTINDO SUBSTITUIÇÃO DO SERVIDOR NAS OCASIONAIS AUSÊNCIAS NAS FÉRIAS, APOSENTADORIAS E LICENÇAS MÉDICAS
- MANTER QUANTITATIVO ADEQUADO DE ESPECIALISTAS (PSIQUIATRAS) NAS RAPS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ORIUNDAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE
- EXPANDIR A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA TODA REGIÃO SANITÁRIA MUNICIPAL ATRAVÉS DO PDAPS A FIM DE MELHORAR A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA.

CÓDIGO SANITÁRIO

- CAPACITAR OS ACS, OS CONSELHEIROS DE SAÚDE PARA UTILIZAM O CÓDIGO SANITÁRIO DENTRO DE SUAS AREAS DE COMPETÊNCIA E DIVLGA-LO JUNTO À POPULAÇÃO
- CONSTRUIR, EQUIPAR E DOTAR DE RECURSOS HUMANOS COM FINANCIAMENTO ESTADUAL DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBTO.
- QUE O CÓDIGO DE SAÚDE MUNICIPAL SEJA IMPLANTADO APOS DOIS ANOS DA PROVAÇÃO DO CÓDIGO SANITÁRIO, COM A INCORPORAÇÃO DAS DEMAIS VIGILÂNCIAS.

MORTALIDADE MATERNA INFANTIL

- GARANTIR LEITOS DE CTI PARA GESTANTES DE ALTO RISCO EM NIDADES HOSPITALARES COM INFRA ESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS, VIZANDO A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNO INFANTIL.
- CONSTRUIR, EQUIPAR E DOTAR DE RECURSOS HUMANOS COM FINANCIAMENTO ESTADUAL, SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBTOS VISANDO UMA MELHOR ESTATÍSTICA NA MORTALIDADE MATERNO INFANTIL
- FORTALECER A REDE CEGONHA COM A MELHORIA DO PRÉ-NATAL, INCLUNIDO NAS ORIENTACOES EDUCATIVAS A SITUAÇÃO DE VIOLENCIA OBSTÉTRICA, CONSCIENTIZANDO PARA O DIREITO AO PARTO HUMANIZADO, BENEFICIANDO AS MULHERES DE BAIXA RENDA COM PROGRAMAS DE TRANSPORTE, MELHORANDO ARTICULAÇÃO COM AS MATERNIDADES ATRAVÉS DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO E NASCIMENTO, E CRIAÇÃO DE CASAS DE PARTO.
- EQUIPAR ADEQUADAMENTE A AS UAPS PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA AS REAÇÕES ANAFILÁTICAS PARA QUE POSSAMOS ADMINISTRAR A PENICILINA NAS GESTANTES PORTADORAS DE SÍFILIS EVITANDO A MORBIMORTALIDADE CAUSADA PELA SÍFILIS CONGÊNITA.
- INCENTIVAR COM VISTAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTICIPAÇÃO DO HOMEM NO ACOMPANHAMENTO DESDE O PRÉ NATAL AO NASCIMENTO.

GRUPO C - 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- CRIAR GRUPOS INTERCONSELHOS SETORIAIS NO MUNICÍPIO DE DISCUSSÃO DA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS.
- AMPLIAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS E USUÁRIOS EM USO/ABUSO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, RESPEITANDO A INTEGRALIDADE DO CUIDADO E A AUTONOMIA DO USUÁRIO. INSTITUINDO ESPAÇOS QUE PERMITAM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS USUÁRIOS DA SAÚDE MENTAL, NO APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA SAÚDE MENTAL .
- APERFEIÇOAR AÇÕES E SERVIÇOS QUE POTENCIALIZE AUTONOMIA E O PROTAGONISMO DO USUÁRIO SAÚDE MENTAL, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
- GARANTIR A EFETIVAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAIS 01 e 02/2016) VISANDO A MANUTENÇÃO DO DIREITO AO USUÁRIO DE SAÚDE MENTAL NO VÍNCULO DO SEU ACOMPANHAMENTO, A CONTINUIDADE DAS AÇÕES, O RESPEITO A SINGULARIDADE.
- APRIMORAR E GARANTIR QUE TODOS EQUIPAMENTOS CAPS, ATENÇÃO PRIMÁRIA, LEITOS, RESIDÊNCIAS TERAPEUTICAS, AÇÕES INTERSETORIAIS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, JURÍDICO, ESTEJAM ARTICULADOS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DO USO/ABUSO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

GRUPO D - 8ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE

TEMA X: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

- ESTABELECEER UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PARA TODOS OS PROFISSIONAIS DA REDE, BASEADA EM METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM (CIMEPS).
- CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DE SAÚDE (USUÁRIOS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GOVERNO) A CADA NOVA GESTÃO.
- CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE GRUPOS OPERATIVOS NAS UNIDADES.
- AMPLIAR E TORNAR PÚBLICAS AS AÇÕES DA CIMEPS (CIRANDAS MULTIDISCIPLINARES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE).
- REALIZAR MATRICIAMENTO DE SAÚDE MENTAL EM TODAS AS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE COM TODOS OS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES.

TEMA XI: REGIONALIZAÇÕES

- REVISAR E AJUSTAR AS REGIÕES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO HARMONIZANDO ÀS REGIÕES ADMINISTRATIVAS PROPOSTAS PELO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

TEMA XII: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

- CAPACITAÇÃO DOS PRESCRITORES DA REDE SOBRE O TEMA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM CONFORMIDADE COM SEUS PROTOCOLOS BASEADOS EM EVIDÊNCIAS E NO PADRÃO DE MEDICAMENTOS ADOTADOS REMUME.
- ATUALIZAÇÃO DA LISTA DAS MEDICAÇÕES DA REMUME COM REVISÃO PERIÓDICA E DAS MEDICAÇÕES DE ALTO CUSTO PELO ESTADO.
- GARANTIR ACESSO A SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO (RADIOGRAFIA) PARA O SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL.
- AMPLIAR E AGILIZAR O ACESSO A EXAMES COMPLEMENTARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA, CONFORME PROTOCOLOS CLÍNICOS E DE ACESSO DO SUS MUNICIPAL.
- GARANTIR AS MEDICAÇÕES PARA USUÁRIOS PORTADORES DE HIV E PARCEIROS, DIABETES MELLITUS, HIPERTENSOS, ENTRE OUTROS.
- ADEQUAR O TEMPO RESPOSTA DO SAMU, TORNANDO MAIS ÁGIL O

SOCORRO.

- AUMENTAR A OFERTA DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS.

TEMA IV: POLITICAS PUBLICAS PARA MULHER E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- HUMANIZAÇÃO DO PARTO.
- ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES COM REVISÃO DOS PNPM E PEPM.
- FORTALECER O COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE MORTALIDADE MATERNA.
- GARANTIR E FORTALECER OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.
- AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS NAS CRECHES PARA OS FILHOS MENORES.
- GARANTIR A PRESENÇA DE DOULAS NA SALA DE PARTO HUMANIZADO.
- IMPLANTAÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS E JOVENS PARA MORADORES DE RUA E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.
- GARANTIR A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA.
- GARANTIR MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS PARA A SAÚDE DA MULHER.
- IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PARTO NORMAL.
- IMPLEMENTAÇÃO DO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO PARA DEFICIENTES E IDOSOSFRÁGEIS.
- APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE AÇÕES COMO O OUTUBRO ROSA E OUTRAS VOLTADAS PARA AS MULHERES.
- IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COM A REVITALIZAÇÃO DAS COMISSÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE (CIES) EM CADA REGIÃO DE SAÚDE DO SUS/MG.
- INCLUSÃO DA SAÚDE BUCAL NO PRÉ-NATAL.
- REGIONALIZAÇÃO DAS MATERNIDADES COM VINCULAÇÃO DAS GESTANTES COM CURSO DE GESTANTES E VISITAS ÀS MATERNIDADES DE VINCULAÇÃO.
- AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS DE SAÚDE.
- IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL DA REGIÃO DE SAÚDE DE JUIZ DE FORA,

INCLUSIVE OS SERVIÇOS AMBULATORIAIS PREVISTOS PARA A ZONA NORTE.

- COMBATER O PRECONCEITO COM O USUÁRIO DE SAÚDE MENTAL E DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.
- GARANTIR QUE OS USUÁRIOS SEJAM ATENDIDOS PELA RAPS COM ÊNFASE NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA.
- IMPLANTAR E IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DOS USUÁRIOS (AS), FAMILIARES E PESSOAS COM ANEMIA FALCIFORME ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE E OUTRAS INSTITUIÇÕES VINCULADAS AO SUS.
- REALIZAR CAPACITAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA SAÚDE EM SAÚDE MENTAL.
- GARANTIR AÇÕES INTERSETORIAIS COM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE RUA COM DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL.
- GARANTIR QUE O MATRICIAMENTO DE SAÚDE MENTAL OCORRA EM TODAS AS UAPS DO MUNICÍPIO.
- ASSEGURAR QUE NÃO FALTE MEDICAMENTOS NA REDE ESPECÍFICOS PARA TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS.
- AMPLIAR O FINANCIAMENTO TRIPARTITE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS E CUMPRIMENTO DAS PACTUAÇÕES.
- DAR AGILIDADE AOS EXAMES SOLICITADOS PARA REALIZAÇÃO DA LAQUEADURA ÀS USUÁRIAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.
- ORIENTAÇÃO PARA O PÓS-PARTO E CUIDADOS COM O RECÉM-NASCIDO NAS MATERNIDADES.
- APRIMORAR A COMUNICAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE PARA TRABALHADORES E USUÁRIOS DO SUS.
- UNIVERSALIZAR A COBERTURA E ACESSO DA POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA À ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.
- IMPLANTAR E GARANTIR A POLÍTICA DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA COM ÊNFASE NA LINHA DE CUIDADO DA MULHER, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, HOMENS E IDOSOS (AS).
- MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE ACESSO À ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA E DEFINITIVA (LAQUEADURA) DE MULHERES, GARANTINDO O MÉTODO INDEPENDENTE DO NÚMERO DE FILHOS.

- HUMANIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE.
- CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA QUE POSSAM ORIENTAR MELHOR OS USUÁRIOS.
- ADMINISTRAÇÃO DA PENICILINA BENZATINA NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE PARA O TRATAMENTO DA SÍFILIS.

TEMA VII - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E REDUÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS, INCLUSIVE AS NEGLIGENCIADAS

- CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE TRATAMENTO DE DOR CRÔNICA QUE ENGLOBE E ENFATIZE AS DOENÇAS OCUPACIONAIS.
- REALIZAÇÃO DE MAIS CAPACITAÇÕES E/OU PALESTRAS DA VIGILÂNCIA NAS ESCOLAS, EMPRESAS E CONSELHOS PARA AUMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, EVITANDO O SURTO DAS ARBOVIROSES.
- ARBORIZAÇÃO DA MARGEM DO RIO PARAIBUNA.
- CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS E SELEÇÃO PÚBLICA PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, CONFORME PARAMÊTROS ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
- PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A SEPARAÇÃO DE RESÍDUO RECICLÁVEL.
- INCLUSÃO IMEDIATA DO DENTISTA NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TODAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO.
- IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE TRATAMENTO DE FERIDAS PARA ATENDIMENTOS A USUÁRIOS COM LESÕES DE PELE DE ALTA COMPLEXIDADE.
- GARANTIR COM CUMPRIMENTO DA LEI 21450, 04/08/2014, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS QUE ACRESCENTA O INCISO AO ARTIGO 83 DA LEI 13317 (24/09/1999) DO CÓDIGO DE SAÚDE-MG ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA E DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.(LEI DO JALECO) .
- IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUALIFICAÇÃO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS VISANDO SUA SEGURANÇA, REFERENTE A DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS.

- AMPLIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM GRUPO DE TABAGISMO E ESTENDER A TODOS OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE.
- AUMENTAR O NÚMERO DE AGENTES DE ENDEMIAS, DADO QUE O QUADRO ATUAL DO MUNICÍPIO É INSUFICIENTE E PARTE ESTÁ EM DESVIO DE FUNÇÃO.
- IMPLANTAR UM CREMATÓRIO NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA.
- APRIMORAR A COLETA DE LIXO PELOS CAMINHÕES DO DEMLURB EVITANDO-SE A PERDA DE LIXO E RESÍDUOS (CHORUME) DURANTE SEU TRAJETO.
- INTENSIFICAR AS FISCALIZAÇÕES DOS TERRENOS BALDIOS PELA SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS , IDENTIFICANDO SEUS PROPRIETÁRIOS E MULTANDO EM CASO DE NEGLIGÊNCIA COM AS NORMAS MUNICIPAIS DE MANUTENÇÃO.
- REVITALIZAÇÃO DO RIO PARAIBUNA, PARA QUE EM SUA ORLA SEJA CONSTRUÍDA CICLOVIAS E ÁREAS DE LAZER PARA AS FAMÍLIAS;
- IMPLEMENTAR AÇÕES DE SAÚDE MENTAL NO SERVIÇO PRESTADO PELA SAÚDE DO TRABALHADOR.
- INTENSIFICAR A VIGILÂNCIA DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM AS RESOLUÇÕES CONAMA Nº 335/2003 E RESOLUÇÃO CONAMA Nº 368/2006.
- PRESENÇA DE EDUCADORES FÍSICOS NOS GRUPOS DE CAMINHADA, EM CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESPORTES.
- MAIOR FISCALIZAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS NOS BAIROS EM COMBATE AOS POMBOS, RATOS, ESCORPIÕES, LACRAIAS, DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES.
- CRIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA O PÚBLICO LGBTI COM FOCO NAS DST/HIV E QUESTÕES DE GÊNERO.
- IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO COMO ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA.

TEMA VIII: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA CIST (COMISSÃO INTERSETORIAL DE

SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA), VINCULADA AO CMS NA TAREFA DE ASSESSORIA PERMANENTE AO CMS, SINDICATOS E TRABALHADORES EM GERAL.

- FISCALIZAÇÃO CONJUNTA SS/CMS/JF ACERCA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SAE/CTA, BUSCANDO UMA MELHORIA DESTES.